

**EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA:
FONTES E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO GT -
CAMPOS GERAIS - PR**

**EDUCACION, HISTORY AND MEMOIR:
SOURCE AND SCIENTIFIC PRODUCTION OF GT -
CAMPOS GERAIS - PR**

Teresa Jussara Luporini¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta um levantamento sobre as fontes localizadas/preservadas e produção científica do Grupo de Pesquisa da Região dos Campos Gerais do Paraná, inserido no Grupo Nacional História, Educação e Sociedade no Brasil(UNICAMP)O GT - Campos Gerais atua na preservação de fontes desde 1994 quando iniciou os primeiros levantamentos, datando o primeiro catálogo de 1997. Em função das fontes preservadas inúmeros trabalhos foram realizados, tanto na graduação (Pedagogia e História) quanto na pós-graduação lato e stricto-sensu. Também, em decorrência da produção científica do grupo de pesquisadores foi criada a linha de pesquisa Educação, História e Memória no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Pontas Grossa - UEPG. Atualmente o GT – Campos Gerais, que congrega 10 pesquisadores da graduação e pós-graduação, além de auxiliares de pesquisa, atua em duas frentes de pesquisa de forma concomitante : levantamento e catalogação de fontes (localização e análise de arquivos, acervos públicos e particulares/ trabalho com a História Oral); produção de trabalhos no âmbito lato e stricto-sensu Para maior clareza sobre a ação do GT divide-se o trabalho em três momentos : a relação História-Memória, o processo de intelegibilidade das fontes e a produção científica em andamento no interior da linha de pesquisa Educação, História e Memória.

Palavras-chave: Educação e História, escola e memória

ABSTRACT

This work presents a research about the located sources and the preserved ones as

¹ Professora Doutora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação - Mestrado da UEPG. Professora da FACIPAL – Palmas.

of Paraná, inserted in the National History, Education and Society Group in Brazil (UNICAMP). The GT - Campos Gerais (Work Group-Campos Gerais) acts on the preservation of the sources since 1942 when it started the first researches, dating the 1997 first catalogue. Based on the preserved sources many works have done not also by graduation courses (Pedagogy and History) but also by lato and stricto-sensu post-graduation courses. Also, as a result of the research group work, an Education, History and Memoirs research line was created as part of the Master Degree Course in State University of Ponta Grossa. Nowadays the GT - Campos Gerais, which has 10 graduation and post graduation researchers besides the research assistants, acts in two fields of research at the same time: -Source research and cataloguing (location and file analyses, public and private collections/ work with oral History). Work productions in lato and stricto-sensu fields of action. The text also discuss about these questions: the relation between History and Memoirs, the process of sources understanding and the scientific production which is going on into the research line in Education, History and Memoir.

Key words: Education History, schoolmemoir

1- Memória-História

A memória, enquanto suporte da História, cumpriu uma longa trajetória, a partir do século XVI, evidenciando as características diferenciadas da sociedade antiga em que ocorre a hegemonia da história oral, sendo que a memória escrita/figurada possuiu funções específicas neste contexto; o período medieval em que há um equilíbrio entre os dois tipos de memória e suas funções; a modernidade, caracterizada por desenvolvimento marcante da memória escrita no que se refere à imprensa e à alfabetização; o período contemporâneo, no qual o desenvolvimento da memória constitui uma autêntica revolução, sendo a memória eletrônica a sua expressão mais representativa.

Embora nos dias atuais não se

possa pensar o mundo sem o concurso da imprensa, a sociedade ocidental viveu uma época, antes de seu advento, em que havia pouca distinção entre a transmissão oral a transmissão escrita. Ora, desde a antiguidade o saber era fixado em manuscritos, para ser memorizado. O surgimento da imprensa vai mudar drasticamente esta situação, pois vai colocar à disposição uma massa de informações, as quais são impossíveis de serem fixadas integralmente.

Segundo LE GOFF (1990) foi durante a Idade Média que se originou a “palavra central *mémoire*”. No século seguinte usa-se o termo “*mémorial*” para designar contas financeiras, no século XIV, em 1320, o vocábulo “*mémoire*” se refere a um dossiê administrativo. Deste modo a memória se burocratiza para servir a uma cen-

tralização monárquica ora nascente.

O ano de 1552 marca o surgimento de “mémoires” de autoria de personagens, cuja qualidade é considerada. Isto justamente no século XVI, coincidentemente quando do nascimento da História enquanto ciência e da afirmação do homem enquanto indivíduo.

LE GOFF (1990, afirma que:

O século XVIII cria, em 1726, o termo mémoraliste e, em 1777, memorandum derivado do latim através do inglês. Memória jornalística e diplomática: é a entrada em cena da opinião pública, nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória. Na primeira metade do século XIX, presencia-se um conjunto massivo de criações verbais: amnésia, introduzido em 1803 pela ciência médica, mnémotécnique (1800), mnémotechnie (1836) e mémoresation, criados em 1847 pelos pedagogos suíços, conjunto de termos que testemunham os progressos do ensino e da pedagogia, finalmente, aidemémoire que em 1853, mostra que a vida cotidiana foi penetrada pela necessidade de memória. Finalmente, e, 1907 o pedante mémoriser parece resumir a influência adquirida pela memória em expansão (p. 481).

Contudo, apesar da trajetória percorrida pelo termo e suas derivações/funções, do século XVIII ao início do século XX, é preciso considerar que foi o primeiro que exerceu uma função primordial no que se refere à ex-

pansão da memória coletiva quando as enciclopédias publicadas, de variados tipos, apontam os limites dos dicionários até então divulgados.

O romantismo do século XIX traz consigo a eclosão do “espírito comemorativo”. Talvez isto se devesse a uma necessidade dos revolucionários franceses de 1789 no sentido da criação de uma memória coletiva, capaz de manter os objetivos daquele movimento.

Outro fator que irá colaborar para a multiplicação dos eventos comemorativos será a laicização das festas, e do calendário em muitos países. Este último, representação, suporte e instrumento do poder.

O calendário, onde se criam/introduzem datas comemorativas permite romper com um passado que “não interessa” à memória coletiva (e aí se constituem lacunas/silêncios da História), assegurando a manutenção/recordação dos eventos que “interessam” às futuras gerações.

O controle do calendário permite determinar o controle do trabalho/tempo livre/festas. E qual a nação que não se empenha em criar/comemorar suas festas nacionais?

E aí aparece clara a manipulação da memória como objetivo e meio para que os governos se consolidem. São casos clássicos e extremados de nacionalismo os da Itália no período facista e da Alemanha no período nazista.

Para tanto, utilizam-se moedas, medalhas e selos comemorativos. Já

no século XIX percebe-se um revigoramento da estatuaría e as nações européias produzem um número significativo de monumentos e placas comemorativas em residências de figuras importantes.

Paralelamente, a intelectualidade dos diferentes países constrói a memória coletiva com a criação de arquivos que tornam disponível os documentos que respaldarão a memória nacional.

A criação de museus públicos e nacionais, assim como bibliotecas, são parte integrante deste movimento.

A memória coletiva, ainda neste período histórico da qual tratamos (século XIX e início do século XX) vê surgir duas tendências interessantes.

A primeira delas, já fora objeto de atenções, quando do final do século XVII até o término do século XVIII, percebe-se a decadência das homenagens aos mortos, sendo expressão desta circunstância a simplicidade das construções mortuárias inclusive as destinadas aos reis, e a aparência deserta e mal-conservada dos cemitérios.

No entanto, após a Primeira Guerra Mundial a comemoração aos mortos encontra espaço para a sua renovação quando em diversos países são construídos “Túmulo ao Soldado Desconhecido” como forma de elevar o soldado anônimo à condição de colaborador de um projeto comum de nação, que, portanto, participa de um passado único de uma memória comum.

A segunda tendência que se ob-

serva em relação à memória coletiva é o advento da fotografia, uma perspectiva de revolução da memória porque rememora o passado, possibilita guardar a aparência de personagens, objetos e situações de época e lugar determinado. A fotografia é testemunho do tempo que exerce fascinação sobre os homens.

E aí se incluem as fotografias da família cujo arquivo - o “álbum de família” -, disposto em ordem cronológica, guarda a lembrança de momentos da infância, comemorações, ritos, celebrações escolhidas, cujo fio condutor é o passado comum.

E assim também procedem os governos quando criam a memória oficial e/ou manipulam a memória coletiva.

O século XX, especialmente após 1950, testemunha expressivo desenvolvimento da memória em que a memória eletrônica irá desempenhar papel fundamental.

A utilização de calculadores no campo das Ciências Sociais irá afetar especialmente a História - material e objeto da memória. Daí decorre o que LE GOFF (1990) denomina “Uma verdadeira revolução documental”: o banco de dados encarna este novo tipo de memória arquivista.

Tal conquista humana vem a calhar num mundo cada vez mais neurótico, desumanizado e que ao mesmo tempo em que se constituiu em “aldeia global” - está acuada por temor de perder a sua memória, tanto individual como social e coletivo.

Daí que se observam cada vez

mais fortes as demandas sociais por preservação histórica: dos prédios, dos monumentos, das praças e jardins, dos ritos, das festas.

E é por tal razão que atualmente observamos a História pressionada pelas memórias coletivas, muitas delas produzidas pela mídia que tem o poder de vulgarizar a História.

Portanto, mais que estudar a História a partir de indicações materiais da memória coletiva - arquivos, bibliotecas, museus, cemitérios, peregrinações, emblemas, autobiografias e associações -, é preciso buscar a manifestação clara de sua criação/denominação na figura do Estado e da sociedade que constituem arquivos tendo em vista determinadas possibilidades de utilizações da memória.

Daí porque a memória coletiva integra as questões que são fundamentais para o contexto das nações ao final do 3º milênio, tanto para as que são desenvolvidas como para aquelas em desenvolvimento e para as diferentes classes sociais na disputa pelo poder.

A manipulação da memória coletiva permite a criação de uma identidade cultural unitária, que indica como se constituiu e se preserva o patrimônio cultural de uma nação, consoante com a reconstrução do processo histórico, na perspectiva que interessa aos poderes constituídos e/ou aqueles que são hegemônicos numa determinada sociedade.

Consideradas essas que funda-

mentam teoricamente o desenvolvimento das produções científicas do GT - Campos Gerais é pertinente proceder à caracterização das fontes catalogadas.

2- O processo de intelegibilidade das fontes

A partir de 1998 o GT regional dedicou-se a analisar, com base na documentação, os dados que se referem à origem, desenvolvimento e consolidação do sistema de ensino na região. Além disso, no ano 2000, iniciou-se a coleta de dados com base na história oral temática (THOMPSON, 1982; QUEIRÓS, 1988), a partir de entrevistas com educadores que atuaram em escolas da região. A coleta de depoimentos indica a reminiscência como uma possibilidade de releitura do contexto sócio-educacional, por meio de representações individuais/coletivas dos educadores que, como artífices da memória escolar, se constituem em protagonistas na produção do conhecimento.

São objetivos da investigação:

Geral

- Estabelecer a trajetória da constituição, desenvolvimento e consolidação do sistema de ensino da Região dos Campos Gerais do Paraná.

Específicos

- Analisar as normas de organização e funcionamento das unidades escolares da Região dos Campos Gerais, no período estudado.

- Caracterizar a legislação educacional vigente, indicando as especificidades do contexto histórico analisado.

- Indicar os mecanismos de poder e controle do espaço escolar centrados na figura da direção das unidades escolares.

- Analisar a prática do professor da escola primária na fase final do Império e começo da República, fase inicial da estruturação do ensino na Região dos Campos Gerias.

- Constituir, por meio de narrativas, as representações presentes na memória de educadores da Região dos Campos Gerais.

- Contribuir para a formação de educadores na perspectiva de utilização dos arquivos escolares como fonte de aprender a pesquisar e ensinar através da pesquisa.

A inserção de alunos de graduação dos cursos de Pedagogia e História e de alunos de Mestrado em Educação na presente pesquisa tem fortalecido a linha de pesquisa Educação, História e memória, divulgando na região a necessidade de preservação dos arquivos escolares no período analisado (1900-1950).

A localização e o resgate dos documentos de interesse para a História da Educação é essencial, pois como afirma MARSON (19..) “O documento é o instrumento privilegiado do historiador, seja como suporte material, seja como fonte de interpretação” (p. 51).

Mas, ainda hoje, a questão do documento no que concerne ao seu

valor, tem sido muito discutida entre os historiadores. É certo que os documentos são importantes à medida que vão auxiliando o homem a sanar suas dúvidas e a resolver seus problemas. Entretanto, não se pode conceber o documento como a própria realidade, pois ele é apenas uma representação do real, feita a partir de uma determinada visão de mundo. Por isso, no trabalho com documentos deve-se fazer uma investigação crítica e rigorosa, a fim de chegar-se à compreensão do passado de forma mais consistente.

À medida que o pesquisador faz uma análise crítica da documentação, pode chegar a versões que se opõem à memória instituída, ou seja, a novas interpretações e explicações sobre o passado. Isso produz reflexos no presente.

Ainda convém ressaltar que o documento deve ser analisado na sua relação com outros documentos, para maior aproximação da realidade. Além disso, é necessário que o pesquisador verifique a finalidade do documento, ou seja, sua razão de existir.

É oportuno enfatizar que o arquivo não é do interesse apenas do pesquisador, mas, também, do cidadão comum, porque é produto de diversas atividades: administrativas, públicas ou privadas. A prioridade em trabalhar com o arquivo histórico ou permanente se justifica, pois ele conserva documentos com sentido de testemunho histórico ou documental. Por isso, deve ser encarado como algo

vivo e constantemente utilizável. Essa idéia não condiz com a realidade das instituições, que o conceituam como “morto”, ligado sempre ao passado, sinônimo de depósito de documentos “velhos” e sem importância. Como lembra RODRIGUES: “Há sempre grande despreço pelos arquivos e as próprias expressões arquivar e arquivado estão sempre associados à idéia de coisa morta, desprezível, desdenhada” (1978, p. 183). Essa concepção remete ao descaso com relação à própria história das instituições.

O conhecimento dos arquivos para a pesquisa histórico-educacional é de vital importância, pois são eles que fornecem a essência da matéria-prima para o pesquisador. As atas, relatórios, termos (posse, compromisso, visitas), livros de disciplinas escolares (notas, matéria lecionada, material didático), livros de registro de punições, certificados de admissão e conclusão de curso são exemplos de documentos raros, que fazem parte do arquivo histórico. Ainda neste sentido, pode-se citar as fotografias. Segundo KOSSOY: em conjunto com os documentos escritos, elas propiciam ao historiador elementos únicos para a tarefa de reconstituição histórica” (1988, p. 162).

A partir desses documentos o historiador pode recuperar informações importantíssimas sobre os sistemas punitivos, os padrões de autoridade e o sistema de avaliação. Pode, enfim, construir uma representação de como

era desenvolvida a atividade pedagógica na escola.

Tal possibilidade torna-se exequível a partir das 525 fontes arroladas na fase inicial do projeto, em 25 bibliotecas e arquivos escolares locais/regionais (atas, relatórios, livros e fotos) e na coleta de depoimentos de educadores.

Assim como os arquivos escolares, a memória dos educadores oferece relevantes possibilidades para captar as diferentes nuances de práticas concretas, de especificidades dos processos educativos, do cotidiano na trajetória histórica das escolas. Sua compreensão exige trabalho cuidadoso de análise e inserção num contexto histórico que o delimita e re-significa.

A massa documental arrolada pelo projeto é vasta e riquíssima, oportunizando a realização de uma série de investigações sobre a memória da educação local e regional, circunscrita ao material bibliográfico até a década de 1950, em função de que o número de volumes em cada edição era diminuto e, também, porque o período indicado possibilita a oportunidade de analisar a introdução do ideário da Escola Nova. Para a documentação escolar, considerou-se, ainda, os materiais até a década de 1970, quando, com a implantação da Lei 5692/71, houve mudanças no tipo de documentação escolar exigido, com a presença marcante do tecnicismo.

No processo de intelegibilidade das fontes catalogadas foi possível

detectar a presença dos seguintes materiais:

- fontes manuscritas referentes a atas de variadas naturezas: de agremiação estudantil, de reuniões de professores, de exposições, de patrimônio, de associações de pais e mestres, de jogos estudantis, de solenidades, de conselhos de classe, de conselhos de disciplina, de exames, assim como termos de visitas, portarias e avisos, certidão de exames e livro de penalidades, sanções e ocorrências; também se registram provas, diário de lições e relatórios (de atividades realizadas, financeiros, da vida cotidiana da escola);

- livros técnicos sobre variados assuntos, especialmente os destinados a professoras da escola primária e alunos de Escola Normal ou Escola de Professores, como os de Didática, Pedagogia, Puericultura, Educação Moral e Educação Cívica, Filosofia, Educação Doméstica, Psicologia, Sociologia, História da Educação, Metodologia das diferentes disciplinas, além dos livros dedicados ao ensino primário, secundário, supletivo, ensino profissionalizante (comercial, ferroviário, militar), os de temática específica como Escola Nova, Escola Ativa e, ainda os livros que articulam Jornal e Educação, Rádio e Educação, Cinema e Educação, Teatro e Educação, Imprensa Escolar;

- livros didáticos das diversas disciplinas (Português, Matemática, Aritmética, Desenho, Geometria, Física, História, Geografia, Biologia, Ciênci-

as, Educação Física, Latim) e cartilhas;

- revistas educativas, calendário e dicionários;

- fotografias;

- álbuns (comemorativos do Paraná, de Ponta Grossa)

O material catalogado oportuniza uma série de investigações abrangendo, especialmente, quatro momentos distintos e articulados:

⇒ parte do contexto da Primeira República, no cenário dos embates político-pedagógicos articulados à Pedagogia Tradicional, Nova e Libertária;
⇒ A Segunda República, no panorama da política educacional dos anos 30;
⇒ O Estado Novo;
⇒ O período da redemocratização.

Do primeiro período destacam-se, como exemplo, os consistentes “avisos da direção da escola” do Grupo Escolar Senador Correia, nos quais o diretor, um normalista, expressa a metodologia que considera adequada a ser adotada pelo corpo docente, tomando por base os cinco passos formais de Herbart. Nessa perspectiva enfocava-se o ensino articulado ao desenvolvimento do caráter em três estágios e que se inseria, grosso modo, na Pedagogia Tradicional, na tendência da “pedagogia como ciência da educação”: a psicologia da Educação.

Ainda do primeiro período apontam-se inúmeros exemplares bibliográficos dos jovens intelectuais dos anos 20 deste século - Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Fi-

lho, responsáveis por reformas educativas estaduais ocorridas nesse espaço temporal. Pode-se afirmar que a Pedagogia “Nova” que representavam constituiu-se num pensamento educacional amplo abrangendo tanto uma teoria de educação, quanto organização escolar e metodologias próprias. Também merecem referência os escritos de Dewey, Durkeim e Claparède.

Esses materiais bibliográficos catalogados são fonte inestimável para compreender o pensamento educacional vigente no período de 1920-40 e a compreensão desse contexto pode ser complementada pela análise dos livros de avisos e fotografias catalogadas.

Ressalve-se que a maioria desses materiais encontra-se em bibliotecas de escolas que abrigaram antigas escolas normais e, também, nos grupos escolares-modelo que mantinham, para estudo, a biblioteca do professor primário.

No desenvolvimento da investigação foi recuperado, também, um amplo acervo fotográfico de escolas, demandando especial referência sobre a sua utilização enquanto documento.

Um roteiro viável para “leitura de fotografias” consiste num processo de interpretação baseada numa crítica temática que objetiva reorganizar a arquitetura interior da foto na tentativa de estabelecer as relações não só de conteúdo como também entre os elementos da fotografia. A arquitetura

interior pode ser restabelecida com base em recorrências temáticas, pela formação de núcleos ligados a imagens básicas ou essenciais e das possíveis relações ocultas. (LEITE, s.d.)

Esta perspectiva revela-se primordial para evitar que a fotografia se constitua apenas em parceira da análise verbal, servindo para ilustrar ou corroborar textos escritos. A compreensão da linguagem fotográfica depende da codificação de símbolos que encerram significados determinados que precisam ser conhecidos e compreendidos em função do conhecimento que se produzirá a partir da leitura das imagens.

Estudos sobre a arquitetura urbana, devido às suas características espacial e geométrica, promovem a união entre a tecnologia fotográfica e o realismo da produção fotográfica - a reprodução exata da realidade -, possibilitando o estabelecimento de diferenças, semelhanças e transformações ocorridas na paisagem urbana.

Entretanto, no caso da utilização da fotografia como fonte histórica, as pesquisas têm se voltado para a identificação das pessoas, local e data do registro fotográfico sem estabelecer os elementos subjacentes ao material que, segundo LEITE, representam a maior dificuldade na interpretação da imagem: as condições de relacionamento social que dela se deduzem, o grau de arbitrariedade dessas posições na fotografia, o que prevaleceu no registro, se a estética ou a simetria ou, ainda, a necessidade de conheci-

mento das articulações sociais do grupo retratado. Deve-se levar em conta, também, a necessidade de reconhecer as fotos que objetivam promover pessoas, grupos ou instituições, separando-as dos registros de experiências vividas.

As fotografias catalogadas constituem-se em referência para a investigação sobre o espaço e o tempo escolares, suas vivências e interpretações.

Remetem para a análise de aspectos de caráter antropológico, relacionados à memória escolar como lugar e como realidade material. Entendida nesta perspectiva, a análise ultrapassa uma compreensão de atividade humana e educativa centrada apenas em aspectos teórico-discursivos, ou seja, *nas propostas efetuadas em relação com a distribuição e usos do espaço escolar; e legais, ou seja, nas regulações dos aspectos tecnocons-trutivos, higiênicos e pedagógicos dos edifícios escolares* (VINÃO FRAGO, 1998, p. 11).

Desse modo articula-se a uma história da política educativa, das instituições escolares, ou ainda, à história social da educação e não simplesmente a o que se convencionou como estudo de pensamento pedagógico, cuja compreensão central detém-se em aspectos ideológicos e legais, processos de decisão política, criação de sistemas de Educação e/ou políticas educacionais.

Trata-se de ultrapassar o estudo das instituições escolares apenas pelo aspecto de sua criação e conso-

lidação, evolução de seus processos e rituais centrando-se na dimensão espacial da atividade humana para

...estudar as intervenções e regulações estatais ou de outros organismos públicos (...), o estabelecimento de modelos oficiais, a política de construções escolares e o planejamento da rede escolar, entre outras questões, e, a partir da história social, também como um exemplo, o papel do discurso médico-higienista na configuração do espaço educacional ou a sua distribuição e usos em função da classe social ou do gênero (id., ibid., 1998, p. 13).

Nesse sentido, a arquitetura escolar pode ser concebida como agenda educativa, integrante de um currículo oculto, pois a localização da escola, sua inserção na arquitetura urbana, o traçado do prédio, os elementos simbólicos e os aspectos decorativos internos/externos explicitam valores culturais/pedagógicos que determinam normas que interferem no que o educando interioriza e aprende. É portanto, enquanto espaço escolar, construção histórico-cultural.

Assim como o espaço da casa incorporou os valores da intimidade e domesticidade, o espaço da escola se apresenta como lugar especializado para as funções de instrução, com espaços específicos como banheiros, bibliotecas, salas especiais, laboratórios, incorporando princípios de higienismo, conforto e tecnologia, numa trajetória evolutiva informada

por transformações culturais articuladas ao positivismo científico e ao taylorismo.

Constata-se, assim, que os aspectos culturais implícitos são fruto de cada espaço/tempo no qual a instituição educativa se insere (como o “panopticon de Bentham”) servindo como suporte da memória coletiva cultural que revela valores os quais se tornam hegemônicos em determinada sociedade (VINÃO FRAGO, 1998, p. 45-46).

Retomando o aspecto do registro fotográfico deve-se considerar que a utilização da fotografia pelo pesquisador depende da articulação entre a análise comunicacional e a crítica histórica, indicando: aspectos de produção técnica, elementos de referência e localização de contexto, natureza da mensagem veiculada, objetivo de produção e repercussão da divulgação (NAPOLITANO, 1997). Com essas questões em mente é possível construir instrumento apropriado para a decodificação dos significados que a imagem veicula.

No que concerne aos materiais catalogados que se referem ao panorama da política educacional dos anos 30 encontra-se uma série de relatórios que se referem à vida cotidiana das instituições, incluindo relação de “pontos” organizados para as provas, livros adotados, matérias lecionadas, horário das aulas.

Destaca-se uma série de livros de Maria Montessori, discriminando como são enfocados alguns dos prin-

cipais conceitos, características e normas a serem aplicados na educação infantil.

Não se encontrou nenhum referência ao embate ideológico ocorrido no período, representado por posições de liberais, católicos, integralistas e aliancistas.

Também não se encontrou material sobre o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), a Liga Eleitoral Católica nem sobre a Associação Brasileira de Educação que promoveu as Conferências Nacionais da Educação, a partir dos anos 20, com especial referência à IV Conferência ocorrida logo após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1931), no governo Vargas.

Sobre o Estado Novo registram-se materiais, especialmente relatórios e atas das instituições escolares, exigidos pela “nova” ordenação educacional determinada pelas “Leis Orgânicas do Ensino”, conhecidas como Reforma Capanema contida em seis decretos-leis que normatizaram o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola.

Também, se registra a presença da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, assim como uma série de materiais produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), tratando da reforma educacional.

Merece especial referência, neste período, o livro de Atas de reuniões do Centro de Professores do Grupo Escolar Senador Correia que congre-

ga uma série de registros sobre os rituais da profissão, as temáticas consideradas relevantes para o estudo e a investigação pedagógica, revelando o imaginário presente naquele contexto espaço-temporal (1937-1945), justamente o período histórico do Estado Novo.

O período da redemocratização está marcado, nos materiais catalogados, pelas produções de Paschoal Lemme e por uma série de livros didáticos das mais variadas disciplinas nos quais é possível detectar os princípios didático-pedagógicos adotados naquela época, momento de transição política e educacional.

Encontram-se presentes, também, os relatórios escolares narrando a vida cotidiana das instituições escolares ainda muito marcados pelo positivismo científico, ideal educativo nacionalista e concepção racionalizadora da educação.

Destaque-se para esse conjunto de materiais o livro de atas da Escola Normal “Regente Feijó” que em registro de dezembro de 1958 explicita a indicação daquele estabelecimento de ensino para constituir-se em Escola Centro Experimental, experiência pioneira no Paraná e no Brasil, sendo “ligada diretamente ao INEP e supervisionada pelo Dr. Anísio Teixeira” (PONTA GROSSA, Ata apud LUPORINI, 1994, p. 46).

Percebe-se, pela descrição da massa documental arrolada, as amplas possibilidades que constituem para a linha de pesquisa Educação, História

e Memória, permitindo a realização de uma série de investigações capazes de contribuir para a construção da História da Educação Local e Regional.

3- A produção científica da linha de pesquisa Educação, História e Memória :

As pesquisas em andamento na linha de pesquisa referem-se a práticas educativas, instituições escolares, questões curriculares e política educacional. São elas:

- “Livro-preto”: a disciplina e a indisciplina nas escolas da Região dos Campos Gerais – a utilização do livro de penalidades e sansões. (Neiva de Oliveira Moro)

- O Colégio Sant’Ana na comunidade pontagrossense. (Isabel Batista de Almeida/Maria Isabel Moura Nascimento)

- A presença da mulher londrinense no magistério nos últimos 50 anos do século XX. (Adriana Regina de Jesus Santos).

- O ensino de História e a constituição de uma identidade paranaense: memória e patrimônio tombado na Lapa. (Maria Julieta Weber Cordoba)

- Fontes e memória escolar de Telêmaco Borba – Pr. (Cirlei Gomes Carneiro/Maria Augusta Pereira Jorge)

- O jornal Diário dos Campos e suas representações sobre o ensino. (Janaina de Paula do Espírito Santo/Maria Isabel Moura Nascimento)

- O diretor e a constituição das equipes pedagógicas das primeiras escolas normais da região dos Campos Gerais/Pr. (Luzia Borsato Cavagnari)

- De Escolas Isoladas a Escolas Estaduais: uma lacuna histórica preenchida pelo resgate da História Oral. (Rosana Nadal de Arruda Moura/Silvana Maura Batista Carvalho)

- Mãos e mentes na arte de aprender: a memória da Escola Ferroviária Tibúrcio Cavalcanti. (Maristela Yurk Batista)

- As transformações do capitalismo contemporâneo e o ensino médio. (Manoel Nelito Matheus Nascimento)

- A formação dos primeiros professores nos Campos Gerais – Pr. (Maria Isabel Moura Nascimento)

- A trajetória da Licenciatura em Matemática na UEPG: aspectos históricos e curriculares. (Carmem Lúcia Valgas)

- A educação de jovens e adultos na região dos Campos Gerais: contexto histórico-educacional. (Joselaine Aparecida Campos)

- O ensino de História nas séries iniciais. (Ana Cláudia Urban)

Considerando o panorama apresentado pode-se afirmar que existem pelo menos três desafios a serem cumpridos pelo GT-Campos Gerais:

- o primeiro refere-se à conquista de espaço para divulgação da produção científica que não pode voltar-se apenas para as revistas institucionais da UEPG, sob pena da endogenia;

- o segundo é implementar ações que esclareçam todos os envolvidos sobre a necessidade de preservação dos acervos públicos e particulares, especialmente os arquivos escolares que sofrem por falta de infra-estrutura e adequação de seus recursos humanos;

- o terceiro se articula à possibilidade de criação/consolidação de uma política cultural nas cidades de abrangência geo-educacional da UEPG (33 municípios) que valorize a memória educacional como patrimônio histórico-cultural da região dos Campos Gerais do Paraná.

REFERÊNCIAS

KOSSOY, Boris. Análise e interpretação do documento fotográfico: novas abordagens. **ANAIS do Seminário Perspectivas do Ensino de História**, USP, 1988, p. 159-163.

LÜCK, Heloísa (org.). Gestão escolar e formação de gestores. **Em aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev/jun. 2000.

LUPORINI, Teresa Jussara (Org.). De Escola Normal a Instituto de Educação: a trajetória de uma escola. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 1994.

_____. **Catálogo das fontes primárias e secundárias da educação brasileira localizadas no Estado do Paraná (Região dos Campos Gerais)**, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. Fotografia como documento histórico. In: SANTOS, Maria Auxiliadora M. dos. **O uso escolar do documento histórico**. Curitiba:

UFPr/PROGRAD, 1997, p. 55-62.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos (org.). **Repensando a História**. 2. ed., São Paulo: Marco Zero, 19... , p. 37-64.

QUEIRÓS, Maria Isaura P. de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. **Cadernos CERU**, n. 16, São Paulo: nov./1981, p. 107-115.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VINÃO FRAGO, Antonio. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.